



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

[Handwritten signatures]

Assembleia de Freguesia de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória.

ATA Nº 04

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte seis pelas vinte e uma horas, no edifício de Santo Ildefonso, pertença da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, reunida em Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia, ao abrigo da alínea b) do Artigo 14º, da Lei 75/2013, no Salão Nobre Wilson Faria do edifício de Santo Ildefonso, sito na Rua Gonçalo Cristóvão, 187, 4000-269, no Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. **Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas Relativos ao Ano de 2025--**
2. **Apreciação e Votação da Primeira Revisão Orçamental para Inclusão do Saldo de Gerência--**
3. **Apreciação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais da União de Freguesias -----**
4. **Apreciação da Informação do Presidente sobre a atividade desenvolvida e situação financeira da Autarquia -----**

1

Verificaram-se as seguintes presenças: -----

PARTIDO SOCIALISTA – Ricardo Jorge Amorim Teixeira, José Luís Ferreira Rodrigues da Silva, Ana Sofia Pinto Barbosa, António José dos Reis Ferreira; Luís Miguel Pereira da Silva; Valentina do Amparo Baptista Rodrigues Gonçalves Almeida e Ana Maria Miguéis Martins e Sá. -----

O PORTO SOMOS NÓS – João Pedro Rocha Videira, José Manuel Borregana Meireles, Duarte Abreu Figueiredo da Silva Miranda, Manuel Cardoso Monteiro, Ricardo Alberto da Fonseca Gouveia, Augusto Artur Saldanha e Ricardo Jorge Loureiro Baptista. -----

LIVRE – Daniel de Sousa Gonçalves -----

CDU – Ana Margarida da Silva Almeida -----

CHEGA – Sara Isabel Rocha Freitas da Silva -----

Fazer à Porto – José Alexandre Cordeiro de Melo Teixeira -----

BLOCO DE ESQUERDA – Miguel Albergaria Furtado Semedo -----

Faltas: -----

PS – Ana Sofia Carvalho dos Santos, substituída por Luís Miguel Pereira da Silva-----



**ASSEMBLEIA
DE FREGUESIA**



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

PSN – Susana Machado Estácio Marques substituída por Duarte Abreu Figueiredo da Silva Miranda e Maria João de Freitas Arriscado Nunes substituída Augusto Artur Saldanha -----

Executivo – Estiveram presentes os seguintes membros: Nuno Filipe Teixeira da Cruz (Presidente), Madalena Cristinas Von Hafe Garcia (Vogal Secretária), Rui Pedro da Silva Cavalheiro (Vogal Tesoureiro) e os Vogais: Ângela Maria Fanguero Cintra, Sandra Maria Ribeiro Mondim, José António Teixeira e Gonçalo Marques Pereira Soares Barbosa. -----

Presidente da AF – Deu início à sessão começando por fazer a chamada, como havia quórum declarou aberta a sessão, começou por transmitir duas informações, sendo a primeira que a Assembleia foi convocada nos termos regimentais e legais através de vários editais afixados e assinados a 13 de Abril de 2026, a segunda informação de carácter logístico, informou que não haveria transmissão online porque o Engenheiro Narciso Monteiro responsável por tal, não poder estar presente pois o filho encontrasse doente, mas os serviços da Junta garantem a gravação da Assembleia. Comunicou as substituições e também que a 1ª e 2ª secretária estão ausentes e não havendo oposição pede para Ricardo Gouveia substituir a 1ª secretária pela IL, e da Coligação Porto Somos Nós, e pediu ao Partido Socialista para indicar a 2ª secretária que foi Ana Sofia Pinto Barbosa. Passou à votação da ata nº 3 realizada em 10 de fevereiro que foi aprovada por unanimidade. Comunicou haver um voto de pesar pelo Senhor Juiz Conselheiro Jubilado José Manuel Matos Fernandes dando a palavra ao PS. -----

Valentina Almeida (PS) – Procedeu à leitura do Voto de Pesar que fica anexo a esta ata com o nº 1. -----

Presidente da AF – Perguntou se algum deputado queria pronunciar-se, ninguém quis intervir e procedeu-se à votação, sendo aprovado por unanimidade, foi cumprido um minuto de silêncio, informou que há outro voto de pesar do Livre “Gisberta, vinte anos depois.” -----

Daniel Gonçalves (LIVRE) – Procedeu à leitura do voto de pesar “Gisberta, vinte anos depois.” Anexado a esta ata com o nº 2. -----

Presidente da AF – Perguntou se algum deputado queria falar como não quiseram procedeu à votação que foi aprovada com onze votos a favor e oito abstenções do PSN e do Chega, foi cumprido um minuto de silêncio. Dirigiu-se para o público presente e perguntou se alguém queria intervir, foram feitas duas inscrições Dona Angelina Jesus e Dona Patricia Figueiredo. ---

Angelina Jesus – Disse ser moradora entre a Cordoaria e as Virtudes pretende fazer algumas perguntas sobre variados temas. A primeira sobre o Orçamento Colaborativo de 2026, que participou na sessão de esclarecimento a 20 de Março e nessa altura colocou algumas questões e que lhe foi respondido para se dirigir à Assembleia de Freguesia que seria o local ideal para obter as respostas por essa razão está presente hoje, de todas as questões somente pretende colocar uma, se poderiam explicar como é selecionado o Júri, quais os critérios e se poderia haver uma apresentação dos elementos que os constituem, em relação aos três elementos iniciais. Esteve presente na sessão de apresentação das candidaturas isto no dia oito de abril, não teve oportunidade de ler as condições. E quando pensou concorrer já tinha passado a data. Só teve conhecimento dessas sessões pela página do Facebook, sugere que da próxima vez ao serem utilizadas as redes sociais que fossem informados que podem estar presentes para votar. Passando à outra questão mais grave e preocupante que é o encerramento da Esquadra de Cedofeita, quais as medidas que o executivo tomou em relação a esta situação, depois o ruído que é uma tortura, pergunta se o executivo tem conhecimento da existência de sensores pela cidade que medem o ruído em tempo real? Essas medições são a prova concreta da tortura que são submetidos, mas a maioria das vezes esses sensores estão desligados. Pede ao executivo para verificar junto do Município e Porto Digital a razão de um equipamento que foi de grande investimos estar desligado. A última questão durante quanto



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

tempo mais o Largo da Perdição irá ser local escolhido para a realização de eventos que atraem ruído, potencialmente perigoso para a saúde, sujidade. Pergunta o que pensa a União de Freguesias fazer em relação à escolha contante deste local pelo município. -----

Presidente da AF – Interrompeu a Dona Angelina porque de três minutos já ia em cinco, perguntou se algum deputado queria dizer algo sobre a intervenção da Dona Angelina, após interpelações sobre os tempos o Presidente deu mais três minutos à Dona Angelina. Disse que a fixação do tempo é do Presidente da Mesa e que assume essa responsabilidade pelas decisões que toma. -----

Angelina Jesus – Referiu que já está a sofrer por ansiedade que leu nas notícias que devido aos festejos do FCP, a serenata é deslocada para a Cordoaria. E já não suporta mais eventos como aqueles são milhares de pessoas alcoolizadas aos gritos pela noite dentro a urinar nas ruas. Pede à Junta que sejam a voz das pessoas que ali vivem e possam limitar o que se passa. -----

Presidente da AF – Disse que estão ali para cumprir o regimento e dar a palavra aos fregueses que se desloquem aquela assembleia pelo tempo que for determinado. Deu a palavra à Dona Patrícia Figueiredo, informado que terá o mesmo tempo que a Dona Angelina, oito minutos. ---

Patrícia Figueiredo – Está em nome do coletivo Vizinhos em vias de extinção, que trabalha arduamente pelo bem comum, vem pedir ajuda e a intervenção da Junta como interlocutor no município, em relação ao espaço público aumento da conflitualidade entre três intervenientes. O interveniente principal o cidadão, comerciante que se desloca a pé, e que financia o espaço público com os seus impostos, o segundo é o privado que foi licenciado pelo município, mas que dificilmente cumpre os termos do licenciamento, o caso óbvio as trotinetes, esplanadas que sistematicamente não cumpre as regras e animadores de rua. É necessária mais fiscalização. O terceiro interveniente é perverso que utiliza a via pública gratuitamente com grande dano para todos, são os guias com grupos de 30, 40 pessoas, rotas feitas pela cidade de bicicleta, passeio, praças e jardins, ou outro tipo de equipamento com motor e circulam por todo o lado. No dia a dia quem circula no Centro Histórico sabe que cada vez é mais difícil sair à rua com segurança, porque vai encontrar três trotinetes em sentido contrário, atravessar o passeio, carros a entrar em sentido contrário. Com a visita do Senhor Presidente da República houve uma remoção de carros que já não acontecia há muito. Há na Europa regulamentos para estes intervenientes, há soluções algumas até a baixo custo, e muitas delas eficazes. Alguém disse que o Porto era uma casa de portas abertas sem regras nenhuma, as pessoas ainda se viram contra os moradores que pedem para se desviarem. Deixa um folheto para que vejam do que se fala, e que mais tarde se iram pronunciar sobre o mesmo. Em relação à Junta diz que por duas vezes tentou ligar, mas que não foi atendida, antigamente era eficaz o contacto telefónico, mas que agora tal não acontece. -----

Presidente da Junta – Disse que o folheto não é de autoria da Junta, mas da Câmara Municipal, e que são entidades distintas. A Junta pode exigir resposta da Câmara Municipal se houver queixas dos moradores, mas a Junta não pode queixar-se pelos moradores. Informou que há reuniões do executivo municipal que são públicas e que é lá que se deve dirigir para questionar o Município. Em relação à senhora Angelina, começou por parabenizar por ela ter ido às sessões da Junta, e informou que os editais, termos e condições dos orçamentos colaborativo são afixados e estão todos no site e redes sociais da Junta. -----

Daniel Gonçalves (LIVRE) – Disse que se revê em muitos destes problemas aqui expostos. A interpretação que faz do que são as atribuições legais de uma Junta de Freguesia são um bocado mais latas, mas não é jurista e pode estar enganado. Acha que a Junta tem atribuições sobre o seu património e sobre a sua área de atuação. Se a Câmara Municipal faz um tipo de divulgação lesiva a atuação da união de freguesias, pensa que deve a Junta defender de facto





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

os fregueses. E o folheto apresentado de alguma forma lesa os fregueses, e não vê porque não pode o presidente da Junta na Assembleia Municipal levar esta questão ao Presidente da Câmara Municipal. -----

Presidente da Junta – Respondeu ao deputado, o que e ele acha ser um folheto inadequado tem outros fregueses que concordam com o folheto, dessa forma quem acha que é inadequado deve dirigir-se diretamente à Câmara Municipal do Porto e apresentar queixa ou por email. E se não tiver resposta, então a Junta pode intervir exigindo à Câmara Municipal que responda aos fregueses. A Junta não pode queixar-se porque um freguês ou mais não gostam do folheto. Há que separar as coisas. Se a Câmara faz algo mal tem de o morador, o freguês, o Portuense dirigir-se à Câmara e apresentar queixa. Existe reuniões publicas de executivo e de assembleias, há os meios de comunicação, iguais aos da Junta. Se não obtiverem resposta então a Junta vai tentar obter a resposta. Conhece perfeitamente os problemas da zona, era uma zona abandonada e atualmente tem uma grande atividade comercial com muita movimentação. É a evolução da cidade o crescimento, a gentrificação no centro histórico. Há que tentar resolver e mediar algumas situações. E sempre que um freguês pede à Junta para mediar, para fazer queixa o que a Junta diz é que tem de se queixar na Câmara Municipal. Pelo conhecimento que tem a Câmara responde sempre mesmo que a resposta não seja a que se quer, mas a Câmara responde. Tem mediado conflitos e até já foi mediador de conflitos e da pegada turística. Sobre o orçamento colaborativo, saber o porquê deste Juti não é dúvida sobre o processo, a escolha do Júri é responsabilidade do executivo escolher três elementos e foi assim decidido e mais dois escolhidos na sessão publica da apresentação dos projetos, numa sessão muito participativa. Foram mais de setenta entidades a concorrer e cerca de quarenta moradores a votar. Sobre a Esquadra da Polícia é publica a posição do Presidente da Junta e faz todo o sentido ter aquela esquadra aberta numa área onde tem três escolas. Não atende a população e somente os estrangeiros. O que depender do Presidente não será renovado o contrato uma vez que a esquadra não funciona, e o contrato impunha uma esquadra de polícia a funcionar. -----

Presidente da AF – Informa que há quatorze documentos, para apreciar e votar. Ficou combinado em reunião de apoio à mesa, que todos os partidos enviariam documentação até à meia-noite de domingo, todos concordaram, mas na segunda-feira por volta das 14h20 a deputada Margarida Almeida da CDU enviou três moções, informou a Sra. Deputada que a documentação excedeu as horas indicadas, dessa forma cumpria o que estava no regimento. A Sra. Deputada informou que iria recorrer à Assembleia da decisão, após a intervenção da deputada pôs à consideração à Assembleia se a decisão foi a correta ou não, ou seja, se deve ou não aceitar as três propostas. -----

Margarida Almeida (CDU) – Disse que as três moções não foram aceites devido a um atraso, no entanto considera que as moções incidem sobre matérias relevantes do ponto de vista político e local, gostaria que a apreciação fosse votada pela Assembleia. -----

Ricardo Baptista (PSN) – Perguntou se alguma das moções era voto de pesar, caso fosse não vê inconveniente em debater mesmo sendo fora de tempo, em relação ao resto das moções, se vieram atrasadas, acha que não devem ser debatidas para que se cumpra o regimento. -----

Presidente da AF – Não tinha votos de pesar, era sobre o 25 de Abril e sobre a esquadra. -----

Valentina Almeida (PS) – Considera que as moções devem vir a tempo e horas, porque uma bancada não é um deputado, mas sim vários, mas tem de se estudar e emitir opiniões em conjunto sobre as propostas e moções e votos que restantes partidos colocam, o prazo não foi cumprido não por culpa do PS, podia acontecer alguma coisa, uma catástrofe, corte de



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

energia, mas não aconteceu nada. Pode abrir um precedente, porque se deixar a CDU, tem de se deixar a todos. -----

José Meireles (PSN) – Disse que abrir um precedente sobre esta matéria seria complicado, para o normal funcionamento das Assembleias de Freguesia. Estranha sendo da CDU, um partido reconhecido por todos como organizado, dinâmico e sem que a Sra. Deputada tenha justificado o motivo do atraso de 12 horas. Não houve uma catástrofe no país, nenhum apagão, nenhum terramoto, nenhuma cheia, houve uma eventual distração e as distrações não servem para estas circunstâncias, por essa razão a mesa não deve aceitar as moções para discussão. -----

Presidente da AF – Lembrou que estava em causa se a mesa deve ou não aceitar os três documentos e passou à votação. Foi aprovada com 16 votos a favor sendo 7 do PS, 7 do PSN, 1 do Chega e 1 do Fazer à Porto. E 3 abstenções, 1 do Livre, 1 do CDU e 1 do BE. Após isto passou às propostas, lembrando que cada grupo tem 3 minutos para apresentar as propostas e restantes documentos e depois 3 minutos para intervir na discussão. -----

Daniel Gonçalves (LIVRE) – Para não ler todos os documentos, perguntou aos deputados se sentem necessidade de algum esclarecimento relativamente às moções que foram colocadas à apreciação. -----

Proposta nº 7/2026 “Abrigos Climáticos” anexo nº 3-----

Proposta nº 10/2026 “Parque Canino no Parque urbano Dr. Mário Soares” anexo nº 4 -----

Proposta nº 8/2026 “Criação de uma comissão para a Celebração dos 30 anos da classificação da Unesco” anexo nº 5-----

Proposta nº 7/2026 “Papa-Léguas, um bus pedestre” anexo nº 6-----

Proposta nº 5/2025 “Dos Pedais à Escola” anexo nº 7 -----

Proposta nº 9/2026 “Árvores na Alta” anexo nº 8-----

O deputado Daniel Gonçalves do Livre interveio para ler o Voto de Saudação “Dia Internacional da Mulher” anexo nº 9 -----

A bancada do PS subscreve este voto -----

Voto de Saudação “50 Anos da Constituição da República Portuguesa” anexo nº 10-----

A bancada do PS associasse a este voto-----

Presidente da AF – Informou que iriam fazer a apresentação de todos os grupos e a discussão seria no final. -----

Miguel Semedo (BE) – Leu proposta de Recomendação “Atendimento ao Público Residente na 12ª Esquadra do Porto” anexo nº 11-----

Sara Silva (Chega) – Começou por informar que apesar de no documento ser moção, era um voto de saudação, e como tal não foi deliberado. Passou a ler o documento “Moção do 25 de abril – Pelos Silenciados de Abril”. anexo nº 12-----

Valentina Almeida (PS) – Informou que as moções vão ser apresentadas em separado por deputados diferentes. -----

Luís Silva (PS) – Leu o voto de Saudação – 25 de Abril e 1º de Maio anexo nº 13-----

António Ferreira (PS) – Leu proposta de voto de louvor anexo nº 14-----

Ana Migueis (PS) – Leu a Moção “Posição demonstrada pela Junta e seu Presidente quanto ao encerramento ao público da esquadra de Cedofeita” anexo nº 15-----

Presidente da AF – Pede que percebam o papel dele, não quer cortar a palavra a ninguém. -----

José Meireles (PSN) – Disse que não percebe porque os deputados leem as moções na totalidade, quando foram distribuídas atempadamente, parece-lhe desnecessário, pois o tempo poderia ser usado para o debate de ideias sobre as mesmas. Apela aos outros partidos que se juntem na mesma vontade. Sendo assim não leu a moção, mas está disponível discutir





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

sobre a mesma democraticamente. Recorda que a moção apresentada é no seguimento de uma moção apresentada no passado no dia 18 de dezembro de 2024 e na discussão se irá perceber. Moção "Reforçar a Segurança com responsabilidade Política e coragem Reformista" anexo nº 16 -----

Presidente da AF – Informou que iriam discutir os documentos apresentados, e que será apenas três minutos sem tolerância. -----

Daniel Gonçalves (LIVRE) – Respondeu ao deputado do Porto Somos Nós, que não era uma questão de falta de artifício retórico, era um voto de saudação e que era a melhor forma. Fez um pedido de esclarecimento à Sra. Deputada do Chega em relação à moção, porque não percebeu se era uma moção pelo 25 de Abril, se era uma moção pelo 25 de novembro. Ficou confuso. Sobre o Centro Histórico e a especulação imobiliária, o alojamento local tem expulsado residentes das suas casas. E o partido da Sra. Deputado tem contribuído para tal a nível nacional, de forma sistemática. Sobre a criminalidade, leu o Rasi, que no caso do Porto a criminalidade violenta e grave desceu 8,4%. Os restantes crimes, o mais praticado é o da violência doméstica e não ouve o partido da deputada a falar nisso. Pede esclarecimento na questão do 25 de novembro de 1975. Não percebe a direita celebra política que no limite é uma vitória do Dr. Mário Soares e do Partido Socialista. E o que está em causa não é a verdade histórica, mas um processo de falsificação histórica e de revisionismo histórico, ao qual se opõe. 50 anos não se passaram há tanto tempo. Esclarece que os cravos são vermelhos não são verdes nem brancos. -----

Miguel Semedo (BE) – Pede esclarecimento ao Livre sobre quatro propostas repetidas que já foram votadas anteriormente, pede esclarecimento se há diferenças para as anteriores. Sobre a Moção que passou a voto de saudação irá votar contra. Um voto de saudação do 25 de abril contra o 25 de Abril, um bocado estranho e serve apenas para atacar o 25 de abril, atacar a importância histórica do país, um texto carregado de imprecisões, de mentiras, falsidade mais do mesmo vindo de quem vive da mentira, do engodo. Inventaram uma falsa guerra cultural contra quem quer viver e trabalhar e agora pretendem inventar uma guerra histórica contra data fundadora da democracia e da liberdade. Há muito a fazer para que essa liberdade chegue a mais gente e com mais profundidade. O caminho não é para trás, não é em direção ao cinzentismo e à miséria de Salazar que o partido Chega apregoa. E ficará satisfeito se a Assembleia rejeitar vimineamente esta vergonha de pseudo-voto. A proposta do Partido Socialista a proposta de louvor um bocado à atuação do Presidente, parece um pouco estranho, quando este está a fazer o seu trabalho. E nada se concretizou na defesa do interesse das populações contra o fecho da esquadra. A proposta do Porto Somos Nós que no geral é como a proposta do Partido Socialista, um autoelogio ao executivo municipal. Pergunta tanto ao Partido Socialista como ao Movimento Porto Somos Nós se estariam disponíveis a votar ponto a ponto, uma vez que é contra quase toda a proposta com exceção do ponto cinco em relação ao recrutamento de agentes municipais. -----

Margarida Almeida (CDU) – Informou que concordava bom o BE em relação à proposta do PS sobre a esquadra e votar por pontos. A preocupação da CDU é o encerramento da 12ª esquadra que deixa a população privada de serviço de proximidade, não está em causa o desempenho do Sr. Presidente da Junta ou o modo como foi tratado e pede para ser votada por pontos. Em relação à moção que é voto de saudação do partido Chega, pergunta ao Sr. Presidente da Mesa se vai aceitar como voto de saudação. Já que não está a saudar nada. Poderia ser uma declaração política, mas como voto de saudação não sabe o que pode votar. –

Presidente da AF – Diz que a mesa não faz juízos de valor sobre propostas em termos de títulos ou de conteúdo. -----



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Valentina Almeida (PS) – Diz não compreender como a proposta do Chega passou a voto de louvor e está admirada. O 25 de Abril não é de elites, é de todos. A liberdade vive para todos e foi uma possibilidade que todos ganharam de serem e de falarem tudo os que lhes ocorre sem o risco de serem perseguidos. Os verdadeiros herdeiros do 25 de Abril são as gerações seguintes de meninas de 12 anos que iam para a capital trabalhar e para outras cidades como empregadas domésticas, sem subsídios, sem férias. 24 horas sob 24 horas e tinham a responsabilidade de tomar conta dos filhos dos patrões, limpar a casa. Os herdeiros do 25 de Abril são os filhos e filhas dos meninos pastores da Serra da Estrela, e que não tinham direito de ir à escola, nem tinham a possibilidade de se educarem. Os verdadeiros herdeiros do 25 de abril são as famílias dos presos políticos e dos perseguidos da PIDE, os verdadeiros herdeiros do 25 de Abril é a senhora deputada que graças a este dia pode vir apresentar a sua moção com toda a liberdade e sem ninguém lhe escrever com lápis vermelho o que deve ou não dizer. Estes é que são os verdadeiros herdeiros do 25 de abril. Quanto ao 25 de novembro agradece como disse o deputado Miguel Semedo também a Mário Soares, que foi importante nessa data tal como os deputados que estavam sentados na bancada do PS foram importantes para essa data. Termina com uma frase de Sophia Mello Breyner que diz que demagogia é uma pornografia política e tem visto um país inteiro transformado num supermercado de slogans. – **Sara Silva (Chega)** – Disse que o 25 de Abril está associado ao 25 de novembro, porque era estar a substituir uma opção por outra. Uma ditadura marxista não faria sentido e por isso tem de saudar o 25 de novembro. A criminalidade grave e violenta decresceu, mas a criminalidade geral aumentou. Em relação aos cravos verdes, não gostam. Apenas gostam dos imigrantes e não gostam dos emigrantes com “e”, os cravos verdes é uma alusão aos emigrantes que tiveram de ir para fora porque não tem condições neste país. O 25 de Abril não pode ser monopolizado pela esquerda. Não faz juízos de valor em relação aos discursos dos deputados por não fazerem sentido. -----

Presidente da AF – Informou que todos os deputados ultrapassaram o tempo devido. O período da ordem do dia tem 60 minutos e já está em 120 minutos devido à tolerância do Presidente. A Assembleia não é dele, mas de todos. Nestas discussões não vale a pena andar a fazer perguntas porque não tem tempo. Vai ter 3 minutos para falar e aproveita esse tempo como entender para responder às questões colocadas, porque se andarem a fazer perguntas uns aos outros, tem assembleia para 15 dias. Isso não pode ser. -----

Alexandre Teixeira (FA) – Questiona o Livre sobre o Parque Canino, programa de arborização e abrigos climáticos, se havia algum estudo sobre onde implementar e custos que teriam para a autarquia. Sobre as moções Pedibus, Ciclobus, são moções repetentes que foram votadas em Assembleias anteriores? -----

José Meireles (PSN) – Disse que o 25 de Abril e o 1º de Maio apresentado pelo PS merece mais em termos de redação de texto. O 25 de Abril serve sempre de chapéu para trazer à baila outros assuntos, como condições de trabalho que estão a ser colocadas em causa. É irrelevante neste momento. O 25 de Abril é para ser celebrado por todos. A moção de saudação ao Senhor Presidente da Junta pela forma como defendeu a freguesia em relação ao encerramento da 12ª esquadra. Tudo é muito estranho, porque 18 de dezembro do ano passado, a bancada na altura PSD apresentou uma moção referente à necessidade de fortalecer a segurança pública no Porto e teve voto contra do PS, na altura não era um problema, teve voto contra do movimento que apoiava na altura o candidato e Presidente à Junta que é a mesma pessoa. No dia 25 de novembro do ano anterior as mesmas forças políticas votaram por unanimidade uma moção também sobre o reforço da polícia e sobre as questões de segurança da cidade. Gostaria de saber o que publicamente, que ação diária,





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

semanal ou mensal tem sido dada pelo Sr. Presidente em defesa do tema da segurança da freguesia. Tem sido assistido por parte da Polícia Municipal ao encerramento de um conjunto de locais que poe em causa a segurança dos sítios que estão, a segurança das pessoas quer transeuntes, quer quem lá habita. Desconhece o papel da Junta, no mínimo na denuncia desses locais. O Município do Porto seja presidido por Dr. Pedro Duarte ou se fosse pelo Dr. Manuel Pizarro, seria igual, não tem qualquer responsabilidade na gestão dos efetivos policiais e das esquadras da cidade do Porto. O que está a ser feito é um conjunto de fait divers, a utilização de uma questão que é demasiado importante para a cidade, protagonizada pelo Presidente da Junta, em nome da Freguesia em termos que não acha corretos, e infelizmente o PS tem ido a reboque, quando o PS tem obrigações mais sérias nesta matéria para não recordar a forma como o PS, nos anos que governou o país, como tratou as forças policiais ao longo dos anos, quer em condições financeiras, quer nas condições de trabalho. ----

Presidente da Junta – Disse que não deveria estar a falar naquele momento, mas queria exercer o direito de defesa daquilo que foi dito pelo Senhor Deputado, o que tem feito é alertar e defender a União de Freguesias. Entende que o Senhor Presidente da Câmara tem zero competência na segurança publica, ao interferir na segurança publica o Senhor Presidente da Câmara está a passar um atestado de incompetência ao Senhor Ministro da Administração Interna. Querer tirar policia à PSP que defende a União de Freguesias que tinha uma esquadra aberta em frente a três escolas para colocar ao serviço da Polícia Municipal, é contra. Está em defesa da União de Freguesias e as pessoas estão com ele. O Senhor Presidente da Câmara chegou e acha que é o Presidente Xerife e que vai resolver. Foi ele que fez alarme social na campanha, anunciou que ia resolver a segurança da cidade com mais de cem agentes. Confia na PSP, no ministro da administração interna e o ministro tinha comunicado tanto ao Presidente da Camara do Porto como o de Lisboa que as policia municipais não deveriam ser agentes da PSP. Os agentes da PSP formam-se para fazer segurança das pessoas e não para fazer serviços administrativos e andar a passar meras coimas. O Senhor Presidente da Câmara vai a estabelecimentos, diz que falta de dignidade, encontra 10 ou 20 colchões, mas quando questionado pela comunicação social não sabe quantas pessoas estão lá a viver, onde estão ou se estão na rua, não sabe. A CMP não sabe quantas pessoas são, não sabe quem as trouxe, não sabe se estavam legais ou ilegais, e isso é o que é importante saber. Ele Presidente da Junta está preocupado com essas pessoas porque estavam a viver de forma indigna, mas tinham um teto. -----

Presidente da AF – Informou que não há mais perguntas entre partidos, o tempo foi esgotado por todos e vão proceder à votação e depois todos os partidos tem três minutos para falar sobre aquilo que entenderem. A votação começa pela ordem de apresentação dos documentos. -----

Valentina Almeida (PS) – Respondeu à CDU que o documento não vai ser votado ponto a ponto. -----

Propostas do Livre: -----

Proposta nº 7/2026 “Abrigos Climáticos” rejeitado com 10 votos contra, 3 votos a favor e 6 abstenções. -----

Proposta nº 10/2026 “Parque Canino no Parque urbano Dr. Mário Soares” Rejeitada com 9 votos contra, 3 votos a favor e 7 abstenções. -----

Proposta nº 8/2026 “Criação de uma comissão para a Celebração dos 30 anos da classificação da Unesco” Rejeitado com 15 votos contra, 3 votos a favor e 1 abstenção. -----

Proposta nº 7/2026 “Papa-Léguas, um bus pedestre” rejeitada com 8 votos contra, 3 votos a favor e 8 abstenções. -----



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

Proposta nº 5/2025 “Dos Pedais à Escola” rejeitada com 8 votos contra, 3 votos a favor e 8 abstenções. -----

Proposta nº 9/2026 “Árvores na Alta” aprovado com 10 votos a favor e 9 votos contra. -----

Voto de Saudação “Dia Internacional da Mulher” Aprovado por unanimidade. -----

Voto de Saudação “50 Anos da Constituição da República Portuguesa” Aprovado com 18 votos e 1 abstenção do Chega -----

Valentina Almeida (PS) – A bancada do PS quer associar-se ao voto do Dia Internacional da Mulher e ao voto de saudação dos 50 anos da Constituição. -----

Bloco de Esquerda: Proposta de Recomendação “Atendimento ao Público Residente na 12ª esquadra do Porto” votada ponto a ponto. -----

Ponto 1 aprovado por unanimidade -----

Ponto 2 aprovado com 10 votos a favor, 7 contra e 2 abstenções -----

Ponto 3 Aprovado por unanimidade -----

Ponto 4 Aprovado por unanimidade -----

Chega: Voto de saudação “25 de abril – pelos Silenciados de abril” rejeitado com 18 votos contra e 1 a favor. -----

Partido LIVRE apresenta à posteriori declaração de voto sobre esta Moção anexado à ata com o nº 19 -----

Partido Socialista: “Voto de Saudação – 25 de Abril e 1º de Maio” aprovado com 11 votos a favor e 8 abstenções -----

Proposta de Voto de Louvor Aprovado com 18 votos a favor e 1 abstenção -----

Moção Posição demonstrada pela Junta e seu Presidente quanto ao encerramento ao público da esquadra de Cedofeita. Rejeitado com voto de qualidade do Presidente da mesa -----

Presidente da AF – Disse que tinha de ser sério com ele mesmo, se enquanto membro da assembleia votou contra, agora na qualidade de Presidente também vota contra. É a justificação para o seu voto de qualidade -----

Porto Somos Nós: Moção “Reforçar a Segurança com responsabilidade Política e coragem Reformista” Esta Moção foi votada ponto a ponto -----

Ponto 1 rejeitado com 10 votos contra e 8 a favor e 1 abstenção -----

Ponto 2 rejeitado com 9 contra, abstenção 3 e a favor 7 -----

Ponto 3 aprovado com voto de qualidade -----

Presidente da AF – Disse que por uma questão de coerência e lealdade com ele próprio e tal como votou a favor como deputado agora vota a favor enquanto presidente. -----

Ponto 4 rejeitado com 10 votos contra e 9 a favor -----

Ponto 5 aprovado com 11 votos a favor e 8 contra -----

Ponto 6 rejeitado com 10 votos contra, 7 a favor e 2 abstenções -----

Ponto 7 foi aprovado com 9 votos a favor e 7 contra e 3 abstenções -----

PS apresenta à posteriori declaração de sobre esta Moção do PSN, anexado à ata com o nº 17.

Partido LIVRE apresenta à posteriori declaração de sobre esta Moção do PSN, anexado à ata com o nº 18 -----

Presidente da AF – Diz que falta 21 minutos para a meia-noite e tem dúvida que entrem na OT, Entram no tempo dos partidos com três minutos para cada. -----

Margarida Almeida (CDU) – Disse que por motivos meramente formais não foi possível apresentar em útil três moções, que pela sua relevância, acredita que seriam aprovadas. Para responder ao deputado não vai justificar o atraso, para restaurar a imagem da CDU perante a assembleia, mas apenas permite que os contributos sejam apreciados e vistos por esta assembleia e que não sejam impedidos de o fazer por causa de um lapso. As moções





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

pretendiam assinalar os 52 anos do Portugal libertado pela Revolução do 25 de Abril e também os 52 anos de comemoração em liberdade do 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador. Enquanto trabalhadores, hoje lutam pela rejeição do pacote laboral e pela reabertura da esquadra de Cedofeita. Não foi possível propor a assembleia saudar os 52 anos do 25 de Abril e o seu legado de conquistas de direitos e liberdades sociais, culturais e políticas, bem como o seu inigualável contributo para a melhoria das condições e qualidade de vida do povo português. Saudar os 50 anos da Constituição da República Portuguesa e das primeiras eleições autárquicas democráticas. Reafirmar do cumprimento integral da Constituição da República Portuguesa enquanto garantia de direitos e liberdades. Reafirmar a importância do poder local democrático como conquista fundamental de abril, pilar do regime democrático e instrumento essencial de participação popular de desenvolvimento local. Promover ao longo de 2026 iniciativas institucionais, culturais e pedagógicas que assinalem estas datas e divulguem a Constituição da República, envolvendo a comunidade educativa, o movimento associativo e a população. Saudar o 1º de maio e as suas conquistas laborais, apelando aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e à população que associem estas comemorações. Manifesta a rejeição ao pacote laboral e valorizar a luta organizada dos trabalhadores contra o retrocesso laboral e civilizacional. O encerramento da esquadra de Cedofeita encerrada subitamente e secretismo, informa que está a circular um abaixo-assinado entre a população que já conta com cerca de 1500 assinaturas de quem mora ou trabalha na área, o que comprova a indignação da população com este encerramento. Pede também que a assembleia possa solidarizar-se a este ato, pedindo a todos os membros da assembleia que assinem este abaixo-assinado. -----

João Pedro Videira (PSN) – Sobre a intervenção do Presidente da Junta sobre o fecho da 12ª esquadra, disse que 80 PSP'S que não são só do Porto, mas sim no universo geral da PSP. Há PSP'S que estão em formação, há PSP'S que são do Porto e estão em Lisboa e que pretendem vir para o Porto. Esses PSP'S depois podem candidatar à polícia municipal. O último concurso aberto para a Academia de Polícia registou um número recorde de participantes, mais de quatro mil candidatos no último concurso. Houve um trabalho notável do governo na valorização da carreira das forças policiais. O Senhor Presidente da Junta diz que o Presidente da CMP tem feito pompa e circunstância aos muitos encerramentos e que não tem dados para apresentar, e não sabe quantas pessoas são. Fica sem perceber se o Sr. Presidente é a favor da insalubridade em que viviam as pessoas ou se preferia que elas vivessem ali e não estivessem registadas e monitorizadas. Também não percebe o que o PS quer fazer da Polícia Municipal e da segurança. São contra o governo rever o regimento do recrutamento de polícias municipais, permitindo a contratação de civis para reforçar a capacidade operacional, autonomia e eficiência. Votaram contra a necessidade de uma gestão eficiente de recursos das forças de segurança. -----

Miguel Semedo (BE) – Referiu que há três dias dezenas de milhares de pessoas encheram as ruas do Porto e da União de Freguesias para celebrar o 52º aniversário do 25 de Abril de 1974, a revolução que fez nascer a nossa democracia e pôs fim à ditadura do Estado Novo. A revolução de Abril acabou com a guerra colonial, com décadas de prisões políticas, com a miséria extrema e permanente, acima de tudo com o silêncio imposto por décadas de opressão. Trouxe o direito à greve, o direito a associação e manifestação. O salário mínimo, serviço nacional de saúde que salvou e ainda salva tantas vidas, a segurança social, a escola pública que retirou milhões do analfabetismo dos tempos da ditadura, as universidades mais acessíveis e as políticas científicas, culturais e artísticas que deram ao país o conhecimento e o progresso que tinha sido negado durante décadas. Temos mais anos de democracia do que de



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

[Handwritten signatures and initials in black and blue ink]

ditadura, mas não quer mais tempo de democracia, mas sim cada vez mais democracia, menos desigualdades, mais oportunidades e qualidade de vida para quem cá vive e trabalha. O Dia Internacional do Trabalhador, é impossível ignorar o retrocesso nos direitos laborais observando nas últimas duas ou três décadas. Um capitalismo assente na acumulação de riqueza e na desvalorização do trabalho que tem enfraquecido a negociação coletiva, promovida a precariedade e substituindo contratos de trabalho por falsas prestações de serviço. Tudo para retirar rendimentos a quem trabalha ou trabalhou e concentrá-lo nas contas bancárias de alguns. Este ano o ataque é mais claro com alterações ao Código de Trabalho apresentado pelo atual governo que ameaça perpetuar a precariedade, reduzir o tempo dos trabalhadores para a sua vida familiar e social, facilitar despedimentos, mesmo quando ilícitos. Com o espírito livre e revolucionário de abril com a solidariedade e coragem de maio, estarão prontos para rejeitar esse pacote laboral. -----

Daniel Gonçalves (LIVRE) – Respondeu ao BE dizendo que as propostas não são exatamente iguais, insistiu numa delas por ter acompanhado a intervenção do Senhor Presidente da Junta na CMTV, a propósito do estado de degradação na Praça da República do antigo Instituto Francês do Porto, pensou que se calhar era melhor insistir na comissão da celebração do 30º aniversário da UNESCO, mas parece estar enganado. O PS passou a abster-se da proposta de comboios de bicicletas para acesso às escolas, talvez se voltar a insistir aprovam na próxima. A questão do deputado Fazer à Porto se há estudos sobre os abrigos climáticos, há estudos e até sabe porque foi o Filipe Araujo no âmbito do seu exercício de governação que estava por trás do plano municipal de ação climática, e a união de freguesias está num centro de carga térmica que se vai agravar ao longo do tempo. O executivo deveria ter feito uma sessão solene do 25 de abril, mas espera em dezembro ao festejar-se o 50º do poder local possam estar todos a assinalar. O livre votou a favor dos dois pontos da coligação PSN, é a favor de rejeitar narrativas alarmistas e politicamente oportunistas, parece é haver alguma contradição a nível nacional de quem apresentou a proposta. Sobre o ponto 3 se for policiamento de proximidade está de acordo, mas se for para andar de arma em riste será contra. -----

Valentina Almeida (PS) – Respondeu à bancada do PSN, tem direito a votar a favor ou contra, e ninguém vai dizer como tem de votar, para isso houve o 25 de Abril. Sobre o ponto cinco o que entendem por contratação de civis? Fazer milícias? Não entende o que é isso de contratação de civis e acha importante um reforço policial. Ponto três como se faz presença policial no terreno? Não sabe. Para finalizar não estão zangados com o presidente da junta, o executivo funciona bem e a bancada do PS está sempre apoiar e discutir quando há pontos para isso. Não percebeu porque na Assembleia Municipal o Presidente da Junta não pode apresentar o que tinha a dizer sobre a esquadra, foi-lhe dito que não era a altura, e o Presidente da Câmara na sessão anterior disse que não tinha de andar a dizer essas coisas na comunicação social. Ou fala na comunicação social ou na assembleia municipal. -----

Presidente da AF – Informou a Assembleia sobre a questão dos civis, não intervém sobre o ponto de vista político, mas uma informação técnica, na cidade do Porto e de Lisboa a Polícia Municipal é constituída só por PSP. Todos os concelhos com Polícia Municipal são recrutados civilmente. -----

Sara Silva (Chega) – Referiu que considera uma postura firme e interventiva a intervenção do Presidente da Junta, perante a decisão da responsabilidade da PSP e do governo encerrar o atendimento ao público da 12ª esquadra de Cedofeita, o que está em causa é a retirada do policiamento de proximidade numa zona central da cidade, nas palavras do presidente da junta a população local para apresentar uma simples queixa teria de se deslocar à esquadra no infante. Enquanto o Presidente da CMP tem o discurso que se mantém o atendimento, a





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

autarquia nem foi informada do encerramento e a única porta aberta é como esquadra de turismo. O Chega sempre defendeu o reforço e nunca o enfraquecimento das forças de segurança e uma aposta no policiamento de proximidade, como única forma de combater a criminalidade e dar tranquilidade a quem ali vive, trabalha ou visita. -----

Presidente da AF – Deu por terminado o tempo dos partidos e passou a OT. Ponto nº 1º “Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas Relativas ao Ano de 2025” e Ponto nº 2 “Apreciação e votação da Primeira Revisão Orçamental para a Inclusão do Saldo de Gerência” A documentação sobre estes dois pontos não foi enviada e o Presidente da Junta vai explicar a razão de tal. -----

Presidente da Junta – Disse que os líderes de bancada foram convocados para uma reunião pelo Senhor Presidente da Assembleia, que tinha concedido ao executivo quinze minutos, chamou o técnico de contas e o de informática, mas houve um crash no software e não foi possível retirar os mapas a tempo para o fecho das contas. Foi explicado aos partidos políticos, o executivo não tem qualquer responsabilidade no assunto. É um problema informático. Foi pedido ao tribunal a prorrogação para a entrega dos documentos. Por isso pediu para adiar estes dois pontos para a próxima sessão, com toda a documentação para analisar. -----

Presidente da AF – Informou que nessa reunião faltou a CDU. Esteve presente o técnico oficial de contas, responsável pela contabilidade da União de Freguesias e o Engenheiro responsável pela informatização da contabilidade. Após darem a explicação que foi a mesma que o Sr. Presidente da Junta deu, solicitou ao técnico oficial de contas que tivesse em mão um documento que formalizava a justificação ao Tribunal de Contas e o pedido de prorrogação de prazo até ao dia 15 de maio. Tem o documento e pediu aos serviços para reencaminhar para os senhores deputados a referida carta para o Tribunal de Contas. Também ficou decidido nessa reunião para apresentar a documentação, e para todos terem tempo de analisar e apreciar as contas que esta Assembleia fosse suspensa e a continuar em 14 de maio, e de acordo com a agenda todos tinham esse dia disponível. -----

Ricardo Baptista (PSN) – Disse que a bancada estava de acordo e foi isso que disseram na reunião, mas quando o Sr. Presidente da Junta diz que o executivo não tem culpa, não é totalmente verdade, porque o executivo se tivesse começado mais cedo a fazer as contas já teria verificado o erro informático mais cedo, já estaria retificado e teriam o relatório de contas atempadamente. Por isso tem culpa, pois deveria ter preparado o documento mais cedo. -----

Presidente da Junta – Disse admirado com o Sr. Deputado Ricardo Baptista, porque na reunião de líderes de bancada com os técnicos ficou calado, não fez nenhuma pergunta aos técnicos e agora faz uma afirmação destas como se soubesse o que se passa. O contabilista da Junta está a trabalhar nas contas desde o início do ano e a Medidata também. -----

Presidente da AF – Informou que estavam no período regulamentar, a discutir um ponto, há condições para apreciar e votar o inventário, mas a questão que coloca é se querem continuar até à 1 da manhã no máximo ou fica para a continuação da assembleia no dia 14 de maio. -----

Presidente da Junta – Pede aos senhores deputados para adiar os dois primeiros pontos, a informação trimestral e apreciação do inventário, também pede para adiar, porque estão duas funcionárias que de manhã voltam para trabalhar e ele próprio as 9h também vai estar a trabalhar, dessa forma pede para adiar. Pede para responder algumas questões feitas pelos deputados. -----

Presidente da AF – Disse que na continuação da sessão dia 14 de maio, poderia responder a tudo. Deu por suspensa a sessão, a continuar dia 14 de maio com a Ordem de Trabalhos -----



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Pediu um voto de confiança à Mesa para elaboração da Minuta da Ata que será posteriormente enviada. -----

Deu por suspensa a Sessão. -----

Edifício de Santo Ildefonso, Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, 29 abril 2026, pelas 00,10 horas. -----

O Presidente:

O 1º Secretário em exercício:

O 2º Secretário em exercício:

Anexo n.º 1



PS

26 ABR. 2026

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ MANUEL DE MATOS FERNANDES, Juiz Concelheiro Jubilado

José Manuel de Matos Fernandes, nasceu em 1940 na cidade do Porto, licenciou-se em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 1962. Iniciou a sua carreira na comarca de Valença, como delegado do Procurador da República, seguindo-se Águeda e Albergaria-a-Velha. Foi Juiz de Direito em São Vicente, Montemor-o-Velho e Albergaria-a-Velha, e passou a Juiz de Circulo, no Circulo Judicial de Aveiro. Foi juiz desembargador no Tribunal da Relação do Porto e em 1996, nomeado Juiz Conselheiro no Supremo Tribunal de Justiça, e integrou o Conselho Superior da Magistratura.

Nas funções de juiz, era-lhe reconhecida a sabedoria das suas intervenções.

Foi Subdiretor da Polícia Judiciária no Porto de 1974 a 1975, passando nesse ano a Diretor Geral da Polícia Judiciária até 1976, um período conturbado da nossa Democracia.

O seu percurso político foi igualmente de grande importância, ao aceitar a pasta de Secretário de Estado da Justiça do Ministro Vera Jardim de 1995 a 1999, com o Eng.º António Guterres à frente do XIII Governo.

Integrou, em 2001, a Comissão encarregada de determinar as indemnizações às vítimas da Tragédia da Ponte de Entre-os-Rios e Castelo de Paiva.

Foi professor na Universidade Portucalense, e no ISMAI.

Foi militante da Secção de Cedofeita do Partido Socialista desde 2002 até ao dia da sua morte.

Manteve uma forte ligação ao Futebol Clube do Porto, como associado e dirigente. Foi Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Clube. Recebeu o galardão de 'Adepto do Ano' em 2008, 'Dirigente do Ano' em 2018, distinguido assim, com dois Dragões de Ouro pelos serviços prestados ao Clube.

Homem de vasta erudição, a todos os níveis, Matos Fernandes possuía um sentido de humor notável, e sempre com enorme inteligência.

Assim, reunida em sessão ordinária no dia 28 de abril de 2026, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia São Nicolau e Vitória presta a sua homenagem a José Manuel de Matos Fernandes e delibera aprovar o presente voto de pesar pelo seu falecimento, respeitar um minuto de silêncio em sua memória e endereçar as mais sentidas condolências à sua família e amigos.

A Bancada do Partido Socialista
Porto 28 de Abril de 2026

24 ABR. 2026



VOTO DE PESAR

Gisberta, vinte anos depois

Há vinte anos, a 22 de fevereiro de 2006, era assassinada de forma covarde e brutal Gisberta Salces. Mulher trans imigrante, oriunda da República Federativa do Brasil, foi na cidade do Porto que procurou refúgio, perante uma vaga de homicídios a pessoas trans no seu país. Gisberta, encontrava-se na frágil situação de sem-abrigo, tendo os contornos sádicos do seu homicídio chocado profundamente a nossa cidade e o nosso país. Eternizada nos versos e voz de Pedro Abrunhosa, acabou por ganhar lugar na toponímia da cidade, não sem antes se passar por um penoso processo no qual a presidente da Comissão de Toponímia chegou a afirmar, implicitamente, que Gisberta nada fez em prol do Porto.

Estas afirmações são erradas. A morte de Gisberta, gerou sentimentos de choque, indignação e revolta que foram vertidos em forma de luta, tendo a primeira Marcha do Orgulho do Porto nascido nesse mesmo verão de 2006.

Volvidas duas décadas impõem-se fazer uma ponte para o presente e, através da evocação de Gisberta, interrogarmo-nos sobre o que mudou verdadeiramente. A transfobia é cada vez mais normalizada. Assistimos a um paulatino recuo no reconhecimento das identidades trans, quer na sociedade, quer nas instituições. Crescem igualmente a xenofobia e os crimes de ódio. Os ventos de rancor e intolerância que sopram, um pouco por todo mundo, também se fazem sentir em Portugal, ficando o nosso país cada vez mais refém das guerras culturais da extrema direita, deixando entrever um ataque permanente às minorias, já em curso.

As verdadeiras democracias não são instrumentalizáveis como extensões do poder da opressão das maiorias. As democracias, dignas do seu nome, garantem direitos fundamentais, tolerância e pluralismo, protegendo as minorias.

Gisberta não é um símbolo de morte, é um símbolo de vida, de coragem e de inspiração de luta, sabendo que hoje, talvez mais do que nunca, urge ter forças para lutar.

A Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, aqui reunida em plenário, manifesta desta forma um voto de pesar, no âmbito da passagem do vigésimo aniversário da morte de Gisberta Salces, prestando-lhe homenagem respeitando um minuto de silêncio.

Porto, 28 de abril de 2026

Daniel de Sousa Gonçalves

Membro da Assembleia de Freguesia de União de Freguesias do Centro Histórico do Porto

Annexo nº 3

Ref 436/26

24 ABR. 2026



[Handwritten signatures]

**Assembleia de Freguesia de União de
Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória
Proposta LIVRE nº7/2026**

Assunto: Abrigos Climáticos

Data: 28 abril 2026

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia

O Partido LIVRE, no exercício do seu mandato autárquico e no âmbito das suas competências regimentais, vem pelo presente meio, submeter à consideração da Assembleia de Freguesia de União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, a seguinte proposta formal.

Tendo em conta que,

Entendemos o Porto como uma cidade integrada num ecossistema alargado que desejamos **tornar mais verde, saudável e justo para o futuro;**

Queremos uma União de Freguesias preparada para enfrentar as crises climáticas e que permita o reencontro com os solos, rios e jardins, onde o bem-estar das pessoas, dos animais e do próprio ambiente caminhem lado a lado;

O Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) identifica claramente o área da União de freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória como a mais vulnerável ao impacto do aumento da temperatura no verão, apresentando uma carga térmica mais elevada comparativamente às restantes áreas da cidade;

De acordo com o plano supramencionado, o Centro Histórico do Porto é uma área muito vulnerável a: fenómenos de tempestades, cheias fluviais, inundações urbanas e movimentos de massa.

Proposta



O Partido LIVRE propõem:

A criação de uma rede de refúgios climáticos, locais espalhados por toda a freguesia, acessíveis, devidamente sinalizados, a poucos minutos a pé entre si, onde as pessoas possam abrigar-se em casos de eventos climáticos extremos, como ondas de calor ou tempestades intensas. Estes, também deverão servir para conviver e realizar atividades de recreio e de lazer. A disposição desta rede (que poderá servir, a título de exemplo: O Parque Urbano da Lapa, Jardim do Marquês, Jardim do Metro da Trindade, Avenida dos Aliados) deverá ser vertida num mapa online onde seja possível efetuar uma consulta dos mesmos.

O Partido Livre solicita, desta forma, à Assembleia de Freguesia a aprovação da presente proposta, de modo a que seja recomendado ao executivo o início dos procedimentos administrativos e operacionais viabilizar o início dos procedimentos administrativos e operacionais necessários à sua concretização.

**União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória,
abril 2026**

Com os melhores cumprimentos,

Daniel de Sousa Gonçalves

Amexon 4

24 ABR. 2026



Assembleia de Freguesia de União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória

Proposta LIVRE n.º 10/2026

Assunto: Parque Canino no Parque Urbano Dr. Mário Soares
Data: 28 de abril de 2026

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia

O Partido LIVRE, no exercício do seu mandato autárquico e no âmbito das suas competências regimentais, vem pelo presente meio submeter à consideração da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, a seguinte proposta formal.

Tendo em conta que,

O acesso a espaços públicos qualificados, inclusivos e adaptados às diferentes necessidades da população é uma pedra basilar de uma freguesia mais justa e igualitária, sendo crescente o número de pessoas e agregados com animais de companhia, nomeadamente cães, que carecem de espaços adequados para exercício e socialização;

A ausência de áreas devidamente equipadas para cães contribui para conflitos no uso do espaço público entre humanos e animais, limita o bem-estar humano e animal e dificulta a convivência equilibrada e higiénica;

O Parque Urbano Dr. Mário Soares apresenta condições adequadas para, nas imediações da sua entrada norte, na rua Alves Redol, onde se encontra um parque vedado devoluto, acolher um projeto piloto desta natureza, permitindo compatibilizar diferentes usos do espaço, promovendo simultaneamente práticas responsáveis por parte dos detentores de animais;

A criação de parques caninos devidamente planeados contribui para a saúde e bem-estar animal, para a segurança e conforto de todos os utilizadores e para uma utilização mais harmoniosa e organizada do espaço público;

É importante promover nesta Freguesia soluções de proximidade que respondam às necessidades reais da população, incentivando também o civismo, a responsabilidade e a coesão comunitária;

Proposta

O Partido LIVRE propõe a criação de um projeto piloto com vista à:

Criação de um Parque Canino na Rua Alves Redol, em frente a entrada norte do Parque Urbano Dr. Mário Soares, delimitado e devidamente equipado, que incluía

zonas de recreio, bebedouros, bancos, sombra (natural e artificial), papeleiras específicas e sinalética com regras de utilização. O Parque Canino deverá ser concebido garantindo a segurança, a higiene e a boa convivência entre utilizadores.

O projeto poderá ser desenvolvido diretamente pela União de Freguesias ou através da celebração de protocolos com associações de proteção animal, ou de outras organizações da sociedade civil consideradas válidas, promovendo boas práticas de utilização e sensibilização da comunidade.

Em complementaridade, sugere-se o envolvimento da comunidade local, nomeadamente através da criação de uma bolsa de utilizadores e de associações, para apoio à monitorização do espaço e para a promoção de regras de convivência.

O Partido LIVRE solicita, desta forma, à Assembleia de Freguesia a aprovação da presente proposta, de modo a que seja recomendado ao executivo o início dos procedimentos administrativos e operacionais necessários à sua concretização, garantindo a articulação com os serviços municipais competentes e a implementação deste projeto piloto.

União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória,

28 de abril de 2026,

Com os melhores cumprimentos,

Daniel de Sousa Gonçalves

Membro da Assembleia de Freguesia de União de Freguesias do Centro Histórico do Porto

24 ABR. 2026



**Assembleia de Freguesia de União de
Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória
Proposta LIVRE nº 8/2026**

Assunto: Criação de uma Comissão para a Celebração dos 30 anos da Classificação da UNESCO

Data: 28 de abril 2026

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia

O Partido LIVRE, no exercício do seu mandato autárquico e no âmbito das suas competências regimentais, vem pelo presente meio, submeter à consideração da Assembleia de Freguesia de União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, a seguinte proposta formal.

Tendo em conta que,

A 5 de dezembro de 1996, na cidade de Mérida, México, o conjunto formado pelo Centro Histórico do Porto, a Ponte D. Luís e o Mosteiro da Serra do Pilar foi acrescentado à lista do Património Mundial da UNESCO.¹;

A UNESCO é uma agência especializada das Nações Unidas, dedicada ao fortalecimento da nossa condição humana comum, através da promoção da educação, ciência, cultura e comunicação, que tem como propósito a contribuição para a paz e segurança, promovendo a colaboração entre nações através da educação, ciência e cultura, de forma a promover o respeito universal pela justiça, estado de direito, pelos direitos humanos e liberdades fundamentais que são afirmadas pelos povos do mundo, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião pela carta das Nações Unidas;

Esta classificação teve por base o critério IV, ou seja, foi considerado que a cidade "ostenta um testemunho notável do desenvolvimento ao longo das últimas centenas de anos de uma cidade europeia que projeta no mar a busca dos seus laços comerciais e culturais"²

No presente ano de 2026, assinalar-se-á o trigésimo aniversário desta efeméride.

¹Em 2016, o Comité do Património Mundial alterou a denominação do bem classificado para "Centro Histórico do Porto, Ponte Luís I e Mosteiro da Serra do Pilar" quando antes constava apenas a designação "Centro Histórico do Porto"

²Tradução livre a partir de <https://whc.unesco.org/en/criteria/>.



Se torna imperioso assinalar esta efeméride de forma condigna às expectativas dos nossos munícipes e fregueses.

Proposta

Criação uma comissão, de acordo com o previsto no artigo 5º do regimento Assembleia de Freguesia de União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, de forma a planear um conjunto de iniciativas a ter lugar na União de Freguesias no âmbito da efeméride objeto da proposta. Sugere-se igualmente que se constitua uma Assembleia Cidadã composta por fregueses, de modo a permitir que quem vive quotidianamente o nosso património, permitindo-lhe um sentido pleno, tenha um papel ativo sobre a sua celebração.

O Partido LIVRE solicita, assim, à Assembleia de Freguesia a aprovação da presente proposta, de modo a que seja recomendado ao executivo o início dos procedimentos administrativos e operacionais necessários à sua concretização.

União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória,

28 de abril 2026

Com os melhores cumprimentos,

Daniel de Sousa Gonçalves

24 ABR. 2026



**Assembleia de Freguesia de União de
Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória
Proposta LIVRE nº6/2026**

Assunto: Papa-Léguas, um bus pedestre

Data: 28 de abril de 2026

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia

O Partido LIVRE, no exercício do seu mandato autárquico e no âmbito das suas competências regimentais, vem pelo presente meio, submeter à consideração da Assembleia de Freguesia de União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, a seguinte proposta formal.

Tendo em conta que,

Não podemos continuar a ter uma cidade planeada e dominada pelo automóvel individual. É urgente criar, implementar e reforçar programas de mobilidade sustentável que respondam às necessidades das diferentes camadas da população do Porto e de toda a área metropolitana.

É preciso cumprir o compromisso da segurança rodoviária e garantir que as pessoas de todas as faixas etárias possam deslocar-se de forma segura, a pé, de bicicleta ou de transporte público, lutando por um Porto com zero vítimas em acidentes rodoviários.

Que a mobilidade eficaz e um espaço público acessível para todas as pessoas são pedras basais de uma sociedade democrática: o ser humano desloca-se de forma regular para suprir as necessidades mais básicas, mas os desafios para uma mobilidade que coloque as pessoas no centro do espaço público são cada vez maiores.

É necessário pensar numa União de Freguesias mais próxima daqueles que nela moram, onde os serviços e necessidades quotidianas possam ser respondidas, de forma rápida e confortável, em deslocações suaves de bicicleta ou a pé.

Que é urgente repensar a mobilidade nas zonas envolventes das escolas, privilegiando a mobilidade pedonal e suave, procurando reduzir a dependência do automóvel e promovendo a autonomia e desenvolvimento integral das crianças e jovens, nomeadamente, promovendo a prática de exercício físico regular e a promoção do desenvolvimento de competências sociais como um maior sentido de responsabilidade, autonomia e disciplina.



Proposta

O Partido LIVRE propõem a criação de um projeto piloto com vista à:

- Criação de um *Pedibus* no acesso às escolas, integrado num serviço da União de Freguesias ou através da criação de protocolos com organizações da sociedade civil. Em alternativa, ou como forma de complementaridade e de promoção da coesão do projeto, admite-se o recurso a uma bolsa de Encarregados de Educação ou familiares adultos, desde que os mesmos se comprometam a realizar uma sessão de formação inicial, aceitando cumprir os termos e regras do projeto.

O Partido Livre solicita, desta forma, à Assembleia de Freguesia a aprovação da presente proposta, de modo a que seja recomendado ao executivo o início dos procedimentos administrativos e operacionais necessários à sua concretização.

União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória,
abril 2026

Com os melhores cumprimentos,

Daniel de Sousa Gonçalves

Amexom - 7

24 ABR. 2026



**Assembleia de Freguesia de União de
Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória
Proposta LIVRE nº5/ 2025**

Assunto: Dos Pedais à Escola

Data: 28 de abril 2026

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia

O Partido LIVRE, no exercício do seu mandato autárquico e no âmbito das suas competências regimentais, vem pelo presente meio, submeter à consideração da Assembleia de Freguesia de União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, a seguinte proposta formal.

Tendo em conta que,

Não podemos continuar a ter uma cidade planeada e dominada pelo automóvel individual. É urgente criar, implementar e reforçar programas de mobilidade sustentável que respondam às necessidades das diferentes camadas da população do Porto e de toda a área metropolitana.

É preciso cumprir o compromisso da segurança rodoviária e garantir que as pessoas de todas as faixas etárias possam deslocar-se de forma segura, de bicicleta, lutando por um Porto com zero vítimas em acidentes rodoviários.

Que é urgente repensar a mobilidade nas zonas envolventes das escolas, procurando reduzir a dependência do automóvel e promovendo a autonomia e desenvolvimento integral das crianças e jovens, nomeadamente, promovendo a prática de exercício físico regular e a promoção do desenvolvimento de competências sociais como um maior sentido de responsabilidade, autonomia e disciplina.

Proposta

O Partido LIVRE propõem a criação de um projeto piloto com vista à:

- Criação de "Comboios de bicicletas", no acesso às escolas, integrado num serviço de freguesia, com paragens definidas. Em alternativa, à integração deste projeto num serviço da freguesia, ou como forma de complementaridade e de promoção da coesão do projeto, admite-se o recurso a uma bolsa de Encarregados de Educação ou familiares adultos, desde que os mesmos se comprometam a realizar uma sessão de formação inicial, aceitando cumprir os termos e regras do projeto. Esta



iniciativa poderá, e deverá, ser coadjuvada (escortada) pelas ciclo-patrulhas da Polícia de Segurança Pública ou da Polícia Municipal do Porto.

O Partido Livre solicita, desta forma, à Assembleia de Freguesia a aprovação da presente proposta, de modo a que seja recomendado ao executivo o início dos procedimentos administrativos e operacionais necessários à sua concretização.

**União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória,
abril de 2026**

Com os melhores cumprimentos,

Daniel de Sousa Gonçalves

Almexom: 58

Ref 434/26
23 ABR. 2026



**Assembleia de Freguesia de União de
Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória
Proposta LIVRE n°9/2026**

Assunto: Árvores na Alta

Data: 28 de abril de 2026

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia

O Partido LIVRE, no exercício do seu mandato autárquico e no âmbito das suas competências regimentais, vem pelo presente meio, submeter à consideração da Assembleia de Freguesia de União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, a seguinte proposta formal.

Tendo em conta que,

O acesso a espaços públicos ambientalmente saudáveis é uma pedra basilar de uma cidade mais justa, prevista constitucionalmente no nosso país, e que uma área substancial desta união de freguesias é hoje um dos principais epicentros de calor do Porto, vemos como este princípio está longe de ser garantido, exigindo-se intervenção prioritária nestas zonas densamente habitadas.

A arborização é um desafio societal consensualmente reconhecido, como se verificou nos confinamentos da pandemia de 2020-21, mas que porém está envolto em inércia sendo imperioso passar da teoria à ação. Não podemos continuar a ter uma freguesia impermeabilizada, excessivamente mineral e vulnerável aos impactos das alterações climáticas, sobretudo quando já existe um documento que permanece por concretizar, o Plano Municipal de Arborização da Cidade do Porto.

A arborização é uma infraestrutura essencial para reduzir manchas de calor, melhorar a qualidade do ar e aumentar a resiliência climática, devendo incluir a seleção criteriosa de espécies adequadas ao meio urbano e com baixo potencial alergénico. É necessário promover igualdade no território, se o Centro tem jardins, a Alta está entregue ao cimento. Queremos uma União de Freguesias mais verde, com árvores e áreas que melhorem o conforto térmico, a qualidade do ar e a vivência do espaço público, especialmente em períodos de calor extremo.



É urgente que a Freguesia seja um motor para fazer cumprir o Plano de Arborização do Município do Porto, garantindo a sua efetivação e adaptação à realidade local, intervindo nas zonas com menor cobertura arbórea, começando pelas áreas críticas da zona alta, incluindo as envolventes escolares e os eixos pedonais.

Proposta

O Partido LIVRE propõe a criação de um projeto piloto que permitirá antecipar, à escala local, a implementação do Plano de Arborização:

. Criação de um Programa de Arborização de Proximidade, alinhado com o Plano de Arborização do Município do Porto, que identifique e intervenha prioritariamente em zonas com reduzida cobertura arbórea e que atingem as temperaturas mais altas, identificadas no próprio plano. O programa deverá integrar a plantação de árvores e outra vegetação adaptada ao contexto urbano e a criação de canteiros e/ou microcorredores verdes. O projecto piloto pode ser desenvolvido diretamente pela União de Freguesias ou através da celebração de protocolos com associações ambientais e organizações da sociedade civil.

. Em complementaridade, sugere-se o envolvimento da comunidade local, nomeadamente através da criação de uma bolsa de moradores, escolas e lojistas voluntários para apoio à monitorização e manutenção inicial das árvores, mediante formação adequada e compromisso com as boas práticas definidas no projeto.

O Partido LIVRE solicita, à Assembleia de Freguesia a aprovação da presente proposta, de modo a que seja recomendado ao executivo o início dos procedimentos administrativos e operacionais necessários à sua concretização, garantindo a articulação com os serviços municipais competentes e a execução faseada deste projeto piloto.

União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória,
abril de 2026

Com os melhores cumprimentos,

Daniel de Sousa Gonçalves

Membro da Assembleia de Freguesia de União de Freguesias do Centro Histórico do Porto

Amexo ms9

24 ABR. 2026



VOTO DE SAUDAÇÃO Dia Internacional da Mulher

O Dia Internacional da Mulher tem raízes no movimento operário e feminista do início do século XX, nascendo das lutas das mulheres trabalhadoras por melhores condições laborais, igualdade salarial e de direitos e da participação plena na vida democrática. É um dia que recorda que o caminho que desbravámos em direção à igualdade não foi construído passivamente, nem sem sacrifício: foram conquistas apenas possíveis através de ações individuais e coletivas, alimentadas pela coragem e pela persistência de gerações de homens e, principalmente, mulheres que recusaram aceitar a desigualdade e que puseram a sua segurança (e, nalguns casos, a sua vida) em risco.

Mas, se comemorar o Dia Internacional da Mulher é, sem dúvida, celebrar, de forma esperançosa, as conquistas acima descritas, das quais todas e todos hoje beneficiamos independentemente do nosso sexo ou género, implica, também, reconhecer que o trabalho ainda não terminou.

No Porto, como em todo o país, persistem desigualdades, discriminações e circunstâncias que afetam de forma desproporcionada as mulheres, em particular na distribuição do rendimento, precariedade do trabalho, ou na suscetibilidade a ser vítima de violência. Reconhecer estas realidades não invalida as conquistas alcançadas. Pelo contrário: dá-lhes continuidade. E, nesse âmbito, é importante que o dia seja, mais que uma celebração que “marque o calendário”, um momento de reflexão sobre o que é ser mulher, hoje, na nossa União de Freguesias, com o objetivo de ponderar medidas concretas que possam diminuir desigualdades e, assim, melhorar a qualidade e dignidade das suas vidas.

Neste contexto, é essencial denunciar, de forma clara, a emergência e normalização de discursos e práticas misóginas, reacionárias e discriminatórias, que procuram desvalorizar as mulheres, restringir direitos conquistados e reintroduzir desigualdades que julgávamos ultrapassadas. Se algumas destas práticas e discursos são transparentes na sua misoginia, outras não o são diretamente, mas têm na mesma um impacto tangível e desproporcional nas mulheres. A misoginia é uma ameaça à democracia, à liberdade e à dignidade humana, que deve ser encarada com seriedade e combatida com firmeza, em todas as suas frentes.

Assim, a União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória reafirma o seu compromisso com a promoção da igualdade de género, com o combate a todas as formas de discriminação e violência, e com a construção de políticas públicas que procurem diminuir as desigualdades para todas e todos.

Mais acrescentamos que a União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, afirma que o Dia Internacional da Mulher celebra todas as mulheres da união de freguesias, bem como os movimentos, as associações, os coletivos e as organizações sindicais que, com trabalho quotidiano e compromisso cívico, contribuem para uma sociedade mais justa, mais solidária e mais igualitária.

Porto, 28 de abril de 2026,

Daniel de Sousa Gonçalves

Membro da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Centro Histórico do Porto

Voto de Saudação



50 Anos da Constituição da República Portuguesa

Assinalam-se este ano os 50 anos da Constituição da República Portuguesa, um marco fundamental na consolidação da democracia em Portugal.

Aprovada na sequência da Revolução de Abril, a Constituição consagrou direitos, liberdades e garantias fundamentais, afirmando princípios como a dignidade humana, a igualdade, a justiça social e o Estado de direito democrático. Ao longo das últimas cinco décadas, este documento basilar da nossa democracia, bastante progressista e humanista na sua conceção, tem orientado o funcionamento das nossas instituições e ajudado a consolidar e proteger os direitos dos cidadãos portugueses. É a pedra angular do nosso sistema jurídico, político e democrático. A sua importância é inegável para a construção da nossa democracia. Infelizmente, este aniversário ocorre num contexto em que os princípios e direitos consagrados na Constituição – e, aliás, a própria Constituição – estão a ser postos em causa e sob ataque. Paira o espectro de uma potencial revisão constitucional, com propósitos duvidosos, que em nenhum momento foi sufragada pelos nossos concidadãos, visto não constar de nenhum dos programas políticos de quem agora a pretende rever e, ao que tudo indica, entrando em conflito com os seus limites materiais. Nunca é demais recordar que as eleições para a Assembleia Constituinte, exatamente um ano após a Revolução dos Cravos, contaram com uma afluência de cerca de 91% dos cidadãos recenseados. Mais do que rever a Constituição, urge revisita-la. Urge, cumpri-la! Na saúde, garantindo um verdadeiro serviço nacional de saúde universal e geral e gratuito. Na habitação, garantindo aos cidadãos direito, para si e para a sua família, a uma habitação adequada, com condições de higiene e conforto. No acesso ao ensino, garantindo o direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar. No direito a um ambiente de vida humano, verdadeiramente sadio e ecologicamente equilibrado. No direito à juventude concretizando os direitos económicos, sociais e culturais dos jovens, para que não sejam obrigados a procurar outras paragens e serem felizes no país que os viu nascer. No mundo do trabalho, rejeitando um pacote laboral, que num cenário de pleno emprego, se apresenta com falsos pretextos concorrenciais de “modernização tecnológica e inteligência artificial” mas que esconde premissas laborais do século XIX. Na defesa do direito das mulheres, dos direitos dos pensionistas, dos direitos dos cidadãos portadores de deficiência, poderíamos continuar, porém, é por demais evidente o que falta cumprir da Constituição da República Portuguesa.

Ao mesmo tempo que falta ser consequente, assistimos, também, a retrocessos em direitos já conquistados, bem como a discursos e posições, por parte de algumas forças com representação parlamentar, que procuram limitar os direitos das mulheres, trabalhadores e minorias. As verdadeiras democracias não são instrumentalizáveis como extensões do poder da opressão das majorias. As democracias, dignas do seu nome, garantem direitos fundamentais, tolerância e pluralismo, protegendo as minorias.

Celebrar a Constituição é, por isso, também reconhecer que estamos a falar de um texto que serve como baluarte dos direitos de todas e todos os cidadãos portugueses. É possível legislar “à esquerda e à direita”, respeitando sempre o nosso chão-comum, aliás, como tem sido feito durante toda a nossa democracia, garantindo que os direitos que a Constituição consagra não são diminuídos nem colocados em causa. Assim, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória saúda os 50 anos da Constituição da República Portuguesa, reafirmando o compromisso com a sua defesa e concretização dos princípios que nela estão consagrados.

Porto, 28 de abril de 2026

Daniel de Sousa Gonçalves

Membro da Assembleia de Freguesia de União de Freguesias do Centro Histórico do Porto



26-ABR-2026

Proposta de Recomendação

Atendimento ao Público Residente na 12ª Esquadra do Porto

Em Março deste ano, foi noticiado pela imprensa e relatado por vários residentes na União de Freguesias que o atendimento ao público na 12ª esquadra do Porto tinha sido encerrado. Segundo as mesmas notícias, apenas o atendimento ao público residente tinha sido encerrado, enquanto o posto especial de atendimento ao turista (na mesma esquadra) se mantinha aberto. Pelo que se percebeu, este encerramento aconteceu sem aviso prévio, sem qualquer comunicado do Comando Metropolitano à população nem diálogo com a Junta de Freguesia.

Esta esquadra serve uma área com mais de 20,000 residentes, é importante para o policiamento de proximidade, para a abertura das polícias a receber cidadãos e cidadãs que necessitem de apresentar queixas ou simplesmente receber esclarecimentos, para prestar apoio a vítimas, resumindo, para dar segurança a quem cá reside, trabalha, ou passa. É lamentável que este recurso de segurança deixe de estar ao serviço da população.

A Assembleia de Freguesia de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, reunida a 28 de Abril de 2026, manifesta a sua preocupação com o encerramento do atendimento ao público residente na 12ª esquadra do Porto, em Cedofeita, e recomenda ao executivo da Junta:

- 1- Que exija comunicado público oficial do Comando Metropolitano da PSP sobre o atual estado do atendimento ao público residente na 12ª esquadra do Porto, nomeadamente, esclarecendo quais os horários de abertura atuais, futuros planos para o mesmo, e outras soluções na área da União de Freguesias.
- 2- Que defenda junto do Executivo Municipal, Comando Metropolitano da PSP, e Ministério da Administração Interna a reabertura do atendimento ao público na 12ª esquadra e que no território da União de Freguesias existam pelo menos três esquadras com atendimento ao público permanente, uma para a zona ribeirinha (Sé, Miragaia, São Nicolau), outra para Santo Ildefonso e Vitória, e outra para Cedofeita (a atual 12ª esquadra).
- 3- Convoque uma reunião entre a Junta de Freguesia, Executivo Municipal, Comando Metropolitano da PSP, Polícia Municipal, Proteção Civil, Grupos Políticos da



Assembleia Municipal, Entidades de Apoio à Vítima, entre outras instituições relevantes, para discutir o atual estado do atendimento ao público na União de Freguesias.

- 4- Distribuía esta deliberação pelo Executivo Municipal, Assembleia Municipal, Comando Metropolitano da PSP, Polícia Municipal, e Ministério da Administração Interna.

Pelo Bloco de Esquerda na Assembleia de Freguesia,
Miguel Semedo

Anexo n 12

26 ABR 2026



União de Freguesias de
Cedafes / S. Idelfonso / S.
Mergas / S. Nicolau / Vadio

CHEGA

Moção do 25 de abril- Pelos Silenciados de Abril

O regime caiu há 50 anos. Mas a utopia de Abril, essa nunca chegou a muitos portugueses. Esses são os silenciados de Abril, e é a eles que damos voz.

No Centro Histórico, a especulação imobiliária e o alojamento local têm expulsado os residentes das suas casas. Dezenas de edifícios devolutos preferem servir interesses turísticos em vez de habitação a preços justos. Os comerciantes e moradores convivem diariamente com o medo, face aos sucessivos assaltos, furtos e roubos na via pública, num quadro de crescente sensação de impunidade que se arrasta há anos. A criminalidade geral aumenta, mas a resposta das autoridades tem sido insuficiente, com a redução do policiamento de proximidade e o encerramento de postos de atendimento ao público.

Acresce a este cenário o abandono dos idosos em habitações degradadas, a exclusão habitacional dos jovens casais e o desprezo reiterado pelas forças de segurança, sistematicamente esquecidas na alocação de meios e reconhecimento. Estes sim são os verdadeiros herdeiros do 25 de Abril. Mas, infelizmente, o sistema nunca os reconheceu como tal, preferiu transformar esta data numa cerimónia reservada às elites de sempre, enquanto os verdadeiros herdeiros ficavam na fila da creche, no prédio degradado ou na esquadra fechada.

A revolução do 25 de Abril foi sequestrada pela tentativa de implantar uma ditadura marxista. Foi o 25 de Novembro de 1975 que permitiu lançar as bases da democracia que temos hoje, ao travar o golpe totalitário e restaurar a ordem e a liberdade. Sem esse momento fundador, o 25 de Abril teria sido apenas a troca de uma opressão por outra, e é por isso que recusamos que nos vendam uma narrativa incompleta da nossa história. E, portanto, celebrar Abril sem lembrar Novembro é trair a coragem dos que impediram esse desfecho.

Porto, 26 de Abril de 2026

Sara Isabel Silva

(Partido Chega)

26 ABR. 2026



PS

Voto de Saudação – 25 de Abril e 1º de Maio

Há 52 anos chegou a Democracia. E com ela, a Liberdade, a educação, a modernização, a saúde, a justiça e a segurança social. Chegou o direito de dizermos o que quisermos, de sermos quem quisermos e de amarmos quem quisermos. Deu-se voz aos mais pobres, aos marginalizados e aos esquecidos.

A Liberdade chegou pela mão de Mulheres e Homens corajosos. Pessoas que acreditaram que podiam fazer a diferença. Que colocaram o coletivo à frente de si mesmos e que não temeram ameaças e represálias.

Mulheres e Homens que, 52 anos depois devem continuar a ser honrados e cujas lutas não podemos esquecer.

Vivemos tempos imediatistas e mediáticos – dos “likes”, dos gritos e dos grunhos - que nos tentam fazer esquecer. Mas é imperativo saber como chegamos aqui e ter coragem de continuar a lutar.

Lutar pelos direitos de todos incluir e respeitar a diversidade, as diferenças. Pelos direitos daqueles que procuram, simplesmente, viver em paz consigo mesmos.

Se o 25 de Abril trouxe a Liberdade, o 1º de Maio trouxe a Coragem aos trabalhadores.

Coragem para lutar por condições de trabalho dignas, por condições dignas de segurança, por férias e horas extraordinárias remuneradas, por licenças de parentalidade, por pensões e reformas justas.

Hoje, estes e outros Direitos estão em causa. Em nome - dizem- "da produtividade e competitividade das empresas", mas em detrimento da vida familiar, da estabilidade e da dignidade daqueles que contribuem para bem-estar de todos.

Citando Mário Soares “Só é vencido quem desiste de lutar”.



**Assim, a Assembleia de Freguesias da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé
Miragaia, São Nicolau e Vitória, reafirma o seu firme compromisso com os valores de Abril, bem
como com a defesa e promoção das liberdades e garantias democráticas.**

Porto, 28 de abril de 2026

Os representantes do Partido Socialista,

Annexo m: 14



PS

26 ABR. 2026

PROPOSTA DE VOTO DE LOUVOR

Nas Escadas dos Guindais, nasceu no dia 07 de Março de 1976, o Guindalense Futebol Clube, fundado por um grupo de amigos aí residentes, que posteriormente deram forma à associação que constituiu o clube, constando nos seus estatutos originais que os objetivos eram a prática do desporto, bem como a promoção da cultura e recreio.

Mais do que um clube, o Guindalense era um local de proximidade de quem o frequentava e vivia no Bairro dos Guindais, local tão representativo dessa vivência na zona da Sé do Porto.

Ao longo dos anos, o Guindalense Futebol Clube foi crescendo muito para lá dos objetivos propostos pelos seus fundadores e se o local era sobretudo de convivência entre associados, tornou-se um espaço recreativo e cultural de referência, não esquecendo nunca a vertente do apoio à população residente na zona, nomeadamente, como atualmente decorre, um projeto de aulas de inglês, abertas a todos.

O futebol e o atletismo foram as modalidades que no início uniram associados e criaram laços que se reforçaram com o passar dos anos, sendo que nos dias de hoje o clube tem representação em competições de futebol de 7, tendo também uma equipa de padel.

Mas o clube cresceu, não só na idade, mas para lá das fronteiras do bairro, das escadas e da freguesia, abrindo portas a toda a população da cidade e fora dela, por lá passando regularmente turistas que visitam o Porto e o Centro Histórico, fruto do trabalho e empenho das Direções que o clube tem tido, como a atual presidida por Rui Barros.

E são conhecidas as festas de São João e Magusto do Guindalense, mostrando ano após ano que esta instituição consegue manter-se viva e activa em várias vertentes num espaço multigeracional, onde ainda podemos encontrar a colaborar nas iniciativas do clube, um dos seus fundadores, Carlos Costa.

É graças a associações como esta que se mantém viva a história da nossa União de Freguesias e se preserva a convivência de ex-moradores com os moradores actuais.

Essa herança que vem passando de geração em geração, permite que esta Instituição esteja este ano a comemorar os seus 50 anos de existência, felicitando-se o clube por esta data e fazendo votos que possam continuar o seu trabalho por muitos anos.

Os Membros da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória cumprimentam desta forma o Guindalense Futebol Clube pelo 50º Aniversário e reconhecem o trabalho desta Instituição apresentando uma "Proposta de Louvor".

Do resultado desta votação, deverá ser dado conhecimento à Direção do Guindalense Futebol Clube.

Porto, 28 de Abril de 2026

Pel'O Partido Socialista



26 ABR 2026

[Handwritten signature]

MOÇÃO

Posição demonstrada pela Junta e seu Presidente quanto ao encerramento ao público da esquadra de Cedofeita

No dia 23 de Março, o Presidente da União de Freguesias em Assembleia Municipal alertou para três questões importantes:

1. O encerramento da 12ª Esquadra de Cedofeita;
2. O facto de a Polícia Municipal não ter competências de segurança;
3. Manifestou ser contra a saída de 80 agentes da P.S.P. para a Polícia Municipal.

Demonstrando toda uma preocupação inerente à segurança, ou à possível falta dela na União de Freguesias, perante esta situação inesperada, o Presidente da Junta alertou para este encerramento, notícia que rapidamente foi confirmada na comunicação social.

O Presidente da Junta alertou igualmente para o facto de a P.M. não ter as mesmas competências da P.S.P. pelo que não se pode esperar desta força policial uma acção no âmbito da segurança no apoio à população, o que é corroborado pelo parecer da Procuradoria Geral da República noticiado em 14 de Abril quanto ao facto das polícias municipais serem forças administrativas e não, forças criminais.

Mais ainda, o Presidente da Junta manifestou a sua posição contrária à transferência de 80 efectivos da P.S.P. para a P.M, situação que parece ter o mesmo entendimento por parte do Senhor Ministro da Administração Interna em notícia de 21 de Abril, admitindo que os agentes das polícias municipais deixem de ser recrutados na P.S.P.

As preocupações demonstradas pelo Presidente da Junta, não parecem ter sido interpretadas da mesma forma por todos.

O Senhor Presidente da Câmara começou por negar o fecho da Esquadra de Cedofeita, para posteriormente admitir uma falha de comunicação entre Câmara Municipal e P.S.P., da mesma forma que não se pode publicitar em outdoors o reforço da P.M. quando na verdade as funções de fiscalização desta em nada se equiparam as funções de prevenção, segurança e combate ao crime da P.S.P., pelo que é com agrado que verificamos a posição do MAI em relação à transferência de efectivos em Lisboa e no Porto.

A verdade é que o encerramento da Esquadra de Cedofeita é grave para a segurança de todos quantos vivem, trabalham, estudam ou simplesmente visitam a freguesia, havendo pelo menos cerca de 2500 crianças e jovens que estudam nessa área e ali circulam diariamente, sendo este edifício pelo local onde se encontra, de extrema importância em termos de segurança.



Como explicar a alguém de Cedofeita que tem de se deslocar à Praça do Infante se tiver que recorrer a uma esquadra e à P.S.P.? Parece-nos que fica difícil de explicar. Como garantir a segurança de uma população apenas com uma esquadra na zona da Ribeira? Como se pode aceitar a transferência de efectivos da P.S.P. para a Polícia Municipal, conforme anunciado pelo edil camarário? Nada disso é possível.

Pelo que se verificam pertinentes todas as preocupações demonstradas pelo Presidente da Junta, numa demonstração de verdadeira proximidade do executivo com as necessidades da população, pelo que mantemos a expectativa de que o Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto entenda a necessidade de ouvir este órgão de proximidade como é a Junta de Freguesia, através do seu Presidente e/ou Executivo.

Assim, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, delibera:

1. Manifestar desta forma o seu apoio à posição tomada pelo Executivo, na pessoa do seu Presidente da Junta na questão tão importante como é a segurança.
2. Manifestar o desagrado pela forma como o Senhor Presidente da Câmara se dirigiu ao Presidente da Junta, à Junta e à União de Freguesias e sua População
3. Demonstrar o desagrado pela decisão do MAI no encerramento da 12ª Esquadra de Cedofeita.

Porto, 28 de Abril de 2026

Os representantes do Partido Socialista

26 ABR. 2026

MOÇÃO

REFORÇAR A SEGURANÇA COM RESPONSABILIDADE POLÍTICA E CORAGEM REFORMISTA

1. Considerando que a segurança pública é um pilar essencial do Estado de Direito Democrático, sendo determinante para a qualidade de vida das populações, para a confiança nas instituições e para a atratividade económica e social da cidade;
2. Considerando o recente debate público em torno da reorganização da PSP no Centro Histórico do Porto, designadamente no que respeita à 12.ª Esquadra de Cedofeita;
3. Considerando que essa reorganização tem sido objeto de leituras politicamente enviesadas, gerando alarme social e contribuindo para uma perceção de insegurança desajustada da realidade;
4. Considerando que a referida alteração não representa uma diminuição da presença policial, mas antes uma opção de gestão mais eficiente dos recursos disponíveis, permitindo reforçar a presença efetiva de agentes na via pública;
5. Considerando que o edifício continuará a acolher serviços da PSP, mantendo-se a presença institucional no território;
6. Considerando que a instrumentalização política da segurança fragiliza a confiança das populações e prejudica a coesão social;
7. Considerando o trabalho consistente e determinado do Executivo Municipal do Porto no reforço da segurança urbana, nomeadamente:
 - O reforço do efetivo da Polícia Municipal, com a contratação de cerca de 80 novos agentes;
 - A intervenção firme em situações de ocupação ilegal de edifícios, pondo termo a realidades que comprometiam a segurança, a dignidade humana e a ordem pública;
 - O investimento continuado na expansão da videovigilância;
 - O reforço da iluminação pública em várias zonas da cidade;
 - O aumento da presença policial visível e da articulação entre diferentes forças de segurança;
 - A relevância que o Executivo dá à matéria de segurança, sendo esta pasta tutelada diretamente pelo Presidente da Câmara Municipal.
8. Considerando que, não obstante este esforço, subsiste uma limitação estrutural relevante: a impossibilidade de a Polícia Municipal do Porto recrutar diretamente civis, estando dependente exclusivamente de elementos oriundos da PSP, o que condiciona o seu crescimento, autonomia e capacidade de resposta;

9. Considerando que esta limitação resulta de uma opção política ultrapassada, desajustada das necessidades atuais das cidades;
10. Considerando que o próprio Governo, através do Ministro da Administração Interna, já reconheceu a necessidade de rever este modelo, admitindo a possibilidade de alargar as formas de recrutamento das Polícias Municipais do Porto e de Lisboa;

A Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, reunida a 28 de abril de 2026, delibera:

1. Destacar o trabalho do Executivo Municipal do Porto no reforço da segurança urbana, assente em medidas concretas, eficazes e orientadas para os resultados;
2. Rejeitar narrativas alarmistas e politicamente oportunistas que distorcem a realidade e prejudicam a confiança dos cidadãos nas instituições;
3. Reafirmar a necessidade de uma gestão eficiente dos recursos das forças de segurança, privilegiando a presença policial no terreno;
4. Defender uma maior coragem reformista na área da segurança interna, ajustando os instrumentos legais às necessidades atuais dos territórios urbanos;
5. Instar o Governo a avançar com a revisão do regime de recrutamento das Polícias Municipais, permitindo a contratação de civis, de forma a reforçar a sua capacidade operacional, autonomia e eficácia;
6. Reiterar a importância da cooperação leal entre o Estado Central, o Município e as Autarquias Locais, baseada em soluções concretas e não em conflitos políticos estéreis;
7. Em caso de aprovação, remeter cópia da presente Moção ao Executivo da Câmara Municipal do Porto, ao Ministério da Administração Interna e aos órgãos de comunicação social, bem como proceder à sua publicação nos canais oficiais desta União de Freguesias.

Porto, 28 de abril de 2026

A bancada da Coligação “O Porto Somos Nós” – PSD, CDS e IL

Annexo m: 17



PS

DECLARAÇÃO DE VOTO CONTRA da MOÇÃO: REFORÇAR A SEGURANÇA COM RESPONSABILIDADE POLITICA E CORAGEM REFORMISTA,
Apresentada pela Coligação Porto Somos Nós

Exmo Sr Presidente da Assembleia Freguesia (AF) da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia São Nicolau e Vitória,
Exmo Sr Presidente da mesma União de Freguesias, Srs e Sras membros do Executivo, Srs e Sras Deputados/as.

Declaro que votei em todos os pontos contra e passo a explicar porque o fiz.
Estamos perante um documento apresentado à AF que não propõe medidas concretas e no meu entender não deveria ser votado ponto a ponto.

No Ponto 1: Não referiu as medidas concretas que o Executivo camarário executou até ao momento a contrapor o fecho da 12ª esquadra.

No Ponto 2: O que é que são as medidas alarmistas e oportunistas que referem? Elas existem ou não?

No Ponto 3: A 'gestão eficiente de Recursos das forças de segurança' que forças de segurança'? Se for PSP, são competência do MAI e não do Executivo do Município.

No Ponto 4: Não foram referidos que instrumentos legais se podem ajustar às necessidades atuais do território urbano.

No ponto 5: 'Instar o Governo ao recrutamento das forças policiais, permitindo a contratação de civis...', a que civis é que se referem os preponentes da moção?

No ponto 6: É um pedido de deliberação que não faz sentido: a importância de cooperação entre o Estado Central e as Autarquias é, no meu entender, uma questão fundamental e intrínseca, nem sequer deve ser deliberada, porque deve sempre existir

No ponto 7: Não faz sentido publicar e difundir aprovações desta moção, uma vez que tudo o que é decidido em AF é público e tornado público.

A deputada da Bancada do Partido Socialista
Porto 28 de Abril de 2026

Valentine Gonçalves Almeida



Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória

Reunião Ordinária

28 de abril de 2026

Na qualidade de deputado de freguesia do LIVRE na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, e no âmbito da reunião ordinária realizada no dia 28 de abril de 2026, tendo sido apreciada a proposta intitulada “REFORÇAR A SEGURANÇA COM RESPONSABILIDADE POLÍTICA E CORAGEM REFORMISTA”, apresentada pela coligação o Porto Somos Nós, o partido LIVRE vem pelo meio da presente declaração justificar o fundamento da sua intenção de voto.

Tendo sido a proposta votada ponto a ponto, a nossa posição, relativa aos pontos 2 e 5, foi de voto favorável e fundamenta-se nos seguintes termos:

Quanto ao ponto 2, “Rejeitar narrativas alarmistas e politicamente oportunistas que distorcem a realidade e prejudicam a confiança dos cidadãos nas instituições”, estamos de acordo, razão pela qual votamos favoravelmente. Porém, damos nota que a coligação Porto Somos Nós tem contribuído para a criação de narrativas que, através da presente moção, aparenta agora querer rejeitar.

Quanto ao ponto 5, por considerarmos que a garantia de um policiamento de proximidade, que seja consistente e frutífero, carece de um aumento real de efetivos da Polícia de Segurança Pública. E, considerando que estes estão por vezes alocados (no caso de Lisboa e Porto) de forma desnecessária à Polícia Municipal, votamos favoravelmente ao supramencionado ponto, para que se possa recomendar rever o regime de recrutamento das Polícias Municipais, permitindo a contratação de civis, para reforço de capacidade operacional, autonomia e eficácia, libertando assim efetivos da PSP que possam garantir um policiamento de proximidade de forma permanente.

O deputado da Assembleia de Freguesia,

Daniel de Sousa Gonçalves

Amexo m: 19



Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória
Reunião Ordinária
28 de abril de 2026

Na qualidade de deputado de freguesia do LIVRE na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, e no âmbito da reunião ordinária realizada no dia 28 de abril de 2026, tendo sido apreciada a proposta intitulada “ Moção do 25 de Abril- Pelos silenciados de abril”, apresentada pelo partido Chega, o partido LIVRE vem pelo meio da presente declaração justificar o fundamento da sua intenção de voto.

A nossa posição, contra, fundamenta-se nos seguintes termos:

A moção apresentada mistura duas datas históricas, o 25 de Abril e o 25 de novembro gizando entre elas uma falsa equivalência. Numa moção alusiva ao 25 de Abril, estranha-se as menções ao 25 de novembro. O primeiro parágrafo da moção dedica-se a discorrer, de forma genérica, sobre assuntos totalmente extemporâneos à efeméride em apreço, contando-se entre eles pretensas sensações de insegurança e de aumento de criminalidade, na união de freguesias, nunca sendo as alegações ancoradas em quaisquer dados empíricos. Sobre este ponto, damos ainda nota que, de acordo com os dados do RASI de 2025, a tipologia criminal de violência contra cônjuge ou análogo continua a ser a que apresenta um maior número de participações registadas. A maioria das vítimas deste crime são mulheres (embora se assista a um aumento expressivo de vítimas do sexo masculino). Este tipo de criminalidade é, curiosamente, excluída desta sua tergiversação, sobretudo tendo em conta que, no mesmo dia 25 de novembro ,se assinala o dia internacional para a eliminação da violência contra as mulheres.

Globalmente, a moção trata-se de uma tentativa clara de falsificação histórica e revisionismo, insistimos, por gizar uma falsa equivalência entre o 25 de Abril e o 25 de novembro, tentando, inclusive, sobrepor esta última data à primeira. Pode, também, ler-se que “Sem esse momento fundador, o 25 de Abril teria sido apenas a troca de uma opressão por outra, e é por isso que recusamos que nos vendam uma narrativa incompleta da nossa história.”. Atendendo a que as datas seguem uma sequência cronológica, de

acordo com o calendário gregoriano, não se compreende como é que o 25 de novembro, posterior ao 25 de Abril, poderia ser um momento fundador de uma data que lhe é precedente. Estes são apenas alguns dos exemplos pelos quais consideramos esta moção despropositada e contrária ao espírito da revolução de abril.

O 25 de Abril, *o dia inicial inteiro e limpo*, será sempre maior que novembro.

O deputado da Assembleia de Freguesia,
Daniel de Sousa Gonçalves